

## PESSOAS DESAPARECIDAS

# Banco de dados da Ufal não é utilizado

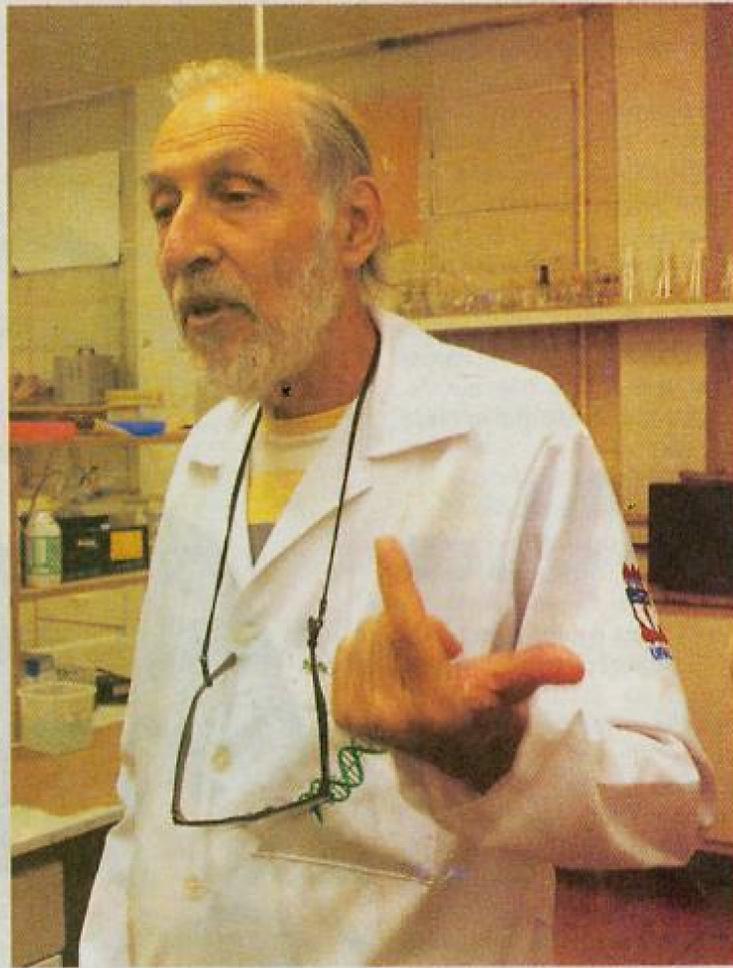
## Só 11 registros constam no local e coordenador alega 'falta de vontade'

O Banco de Dados de DNA de Pessoas Desaparecidas da Universidade Federal de Alagoas existe desde 1997, mas enfrenta dificuldades e não tem dados de crianças e jovens que tenham sumido no Estado.

Segundo o coordenador do laboratório, o médico e professor Luiz Antônio Ferreira da Silva, ele trabalha com a questão do estudo da paternidade. São exames de parentesco genético na ausência do suposto pai e complementados, se necessário, com os parentes biológicos.

Más com relação à informação sobre crianças e jovens desaparecidos, o local não tem informações. Apenas 11 pessoas constam no Banco de Dados de DNA da Ufal, por falta de quem o alimente. Entre os problemas para a atualização do sistema está a falta de interesse de setores públicos em repassar as informações.

Segundo o professor, falta vontade política para fazer a alimentação dos dados no sistema. "Precisava entrar todo mundo de peito, delegacias, conselhos tutelares e outras entidades da sociedade. O Banco de Dados existe, só não tem como fazer, não funciona". Luiz Antonio explica ainda que foi elaborado um projeto piloto que permitiria que o sistema



SANDRO LIMA

Professor diz que falta quem abasteça o banco com informações

fosse atualizado nacionalmente, mas isso acabou não saindo do papel.

"Me reuni com o secretário de Defesa Social, com delegados e conselheiros tutelares

para que existisse uma atualização das informações das pessoas desaparecidas, mas isso acabou não acontecendo, é uma briga de egos. Iríamos oferecer um treinamento nas

delegacias para que os agentes e delegados aprendessem como acessar, mas ninguém quis. Nosso banco de dados é sofisticado e agora está sem utilidade", lamentou.

O professor argumenta que fez um cartaz para que fosse exposto em escolas, em cidades do interior e outros locais públicos, "fazendo um trabalho de capilaridade e quando tivesse uma pessoa desaparecida os interessados chegassem à delegacia e o delegado, antes de fazer o Boletim de Ocorrência, usaria o software, que está na internet, e preencheria os dados, alimentava o banco e aí a gente poderia dizer quantas pessoas (entre eles adultos, crianças ou jovens, meninos e meninas) estão desaparecidas, mas não tenho como ajudar", explica o médico.

Luiz Antonio reclama que falta vontade social para que o Banco de Dados criado pelo Laboratório Forense de DNA da Ufal funcione. "A maioria das crianças desaparecidas são pobres, meninos de rua e não há muito interesse em se descobrir quem são. É um extermínio que não está sendo dito com todas as letras. É preciso fazer uma moldura para que a gente saiba quantas pessoas estão desaparecidas no Estado. Você não vê gente rica desaparecida e não identificada, são todos pobres, é muito delicado", reclama.

## MORTOS

# Convênio promove 'pesquisa' de DNA

O professor e médico Luiz Antônio Ferreira, coordenador do Laboratório de DNA da Ufal, diz que está em andamento um convênio com a Secretaria de Defesa Social para otimizar o banco de dados criado por ele.

Segundo o convênio, o IML vai mandar, por meio da Perícia Oficial, os restos mortais que não forem identificados para a Ufal, junto com material de cé-

lulas da família que tenha um ente 'desaparecido, "para que a gente faça o confronto com material do osso do morto", explica.

## OBSTÁCULOS

Há em Alagoas uma grande dificuldade em se obter informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. A reportagem percorreu vários caminhos para tentar descobrir dados e detalhes sobre cada caso. Em primeiro lugar,

não foi permitida pela Polícia Civil a liberação das fotos dos menores para serem divulgadas na **Tribuna Independente**. Segundo a delegada Bárbara Arraes, é preciso autorização por escrito das famílias.

Outra barreira foi localizar uma autoridade para explicar por que o convênio com o Banco de Dados de DNA de Pessoas Desaparecidas não está funcionando.

A Secretaria de Defesa Social informou que o assunto é de competência da Delegacia de Crimes contra Criança e Adolescente. A delegada Bárbara Arraes, porém, disse que não tem acesso a esses dados do convênio e que só a Secretaria poderia falar.

Perícia Oficial e Conselhos Tutelares também foram procurados, mas não souberam falar acerca do assunto.